

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 27 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas dez horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

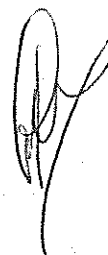

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	-----	-----
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Vereador	Leonel Marques Ferreira
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno Ferreira Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Vice-Presidente	José Dias Lopes Laires
Santa Comba Dão	11.563	Vereadora	Carla Isabel Silva Cunha
São Pedro do Sul	17.274	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Vereadora	Fátima Carla Dias Antunes
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	-----	-----
Vouzela	10.171	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

----- 1 – Ponto de situação do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial que concretiza os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) para Viseu Dão Lafões, ancorados na Estratégia de Desenvolvimento Territorial Integrada, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de viatura de serviço através de um renting operacional”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 062/2015, de 9 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para o fornecimento de Gás”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 065/2015, de 10 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----



---- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de engenharia para o apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro", de acordo com a Informação de Serviço nº 064/2015, de 10 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de acordo de parceria, no âmbito da construção do DLBC Urbano de Tondela – URBTON, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e a ADICES – Associação de Desenvolvimento Local, de acordo com a informação de serviço nº 069/2015, de 13 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver "quórum" para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

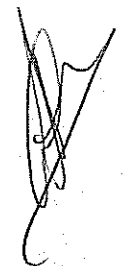
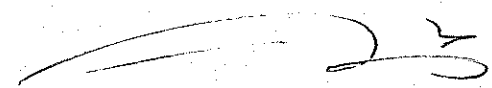
---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Período da Ordem do Dia. -----

---- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Ponto de situação do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial que concretiza os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) para Viseu Dão Lafões, ancorados na Estratégia de Desenvolvimento Territorial Integrada, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. - O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença do Dr. Paulo Queiróz para explanar a sua proposta de trabalho, relativamente ao assunto em apreço. -----

---- Foi dada a palavra ao Dr. Paulo Queiróz que apoiado num powerpoint apresentou a sua proposta metodológica, com vista à produção de uma proposta de valor a submeter ao Centro 2020, em tempo útil.-----

---- De entre os diversos temas versados, pelo Dr. Paulo Queiróz destacam-se a delimitação do que pode ou não integrar a ITI, tendo igualmente alertado os presentes para o facto de ainda não existirem respostas para algumas das questões colocadas pelos Senhores Presidentes, como por exemplo a forma de justificação de potenciais intervenções ao nível dos parques industriais, sendo que esta dificuldade de resposta se



prendia com o facto de não serem ainda conhecidos os respetivos regulamentos específicos.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente de Mangualde, Dr. João Azevedo, que começou por alertar os presentes para o facto de este novo quadro se encontrar virado para as pessoas, sendo que não compreendia porque é que não eram permitidos investimentos que, ainda que não sendo diretamente nas pessoas, iriam permitir melhorar a sua qualidade de vida, quer em termos pessoais quer profissionais, como sejam na requalificação dos parques industriais, habitação social, etc.-----

---- Continuou a sua intervenção questionando se ainda poderão vir a ser considerados elegíveis investimentos nestas áreas. Afirmou, também, que concordava com a estratégia de existir uma governanças supramunicipal para a área do empreendedorismo, mais concretamente para a área da gestão das incubadoras existentes no território.-----

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que o pacto deveria ser o mais abrangente possível de forma a que no decurso da execução do quadro não haja áreas que fiquem, desde já, hipotecadas.-----

---- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho, que referiu que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, já era uma estratégia abrangente de forma a que não condicionasse qualquer investimento futuro, quer por parte dos municípios, quer por parte da CIM.-----

---- Explicou, ainda, que o que agora é pedido é a construção de um pacto com um conjunto de investimentos municipais e supramunicipais que concorram para a estratégia da CIM e para o Centro 2020.-----

---- Continuou a sua intervenção afirmando ser crítico definir o modelo de governança para o território, para determinadas áreas. A título de exemplo, o senhor Secretário Executivo referiu a requalificação das estradas existentes, pois não haverá dinheiro no Portugal 2020.-----

---- O Senhor Secretário Executivo aproveitou ainda a oportunidade para informar, mais uma vez, da reunião da sessão de trabalho para o próximo dia 23 de fevereiro e de outra que iria ser agendada para o próximo dia 26 de fevereiro, esta na área da eficiência energética e do ambiente e prevenção de riscos.-----

---- O Dr. Nuno Martinho concluiu a sua intervenção informando os presentes que iria seguir por email a apresentação do Dr. Paulo Queiróz e a minuta das fichas de projeto



que deveriam ser preenchidas pelos municípios, tendo voltado a alertar para a exigências dos prazos a que todos estavam sujeitos, CIM e municípios.-----

---- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a "Aquisição de viatura de serviço através de um renting operacional ", de acordo com a Informação de Serviço nº 062/2015, de 9 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço, explicou, sucintamente o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 168.143 eleitores, aprovar o referido projeto de decisão de adjudicação.--

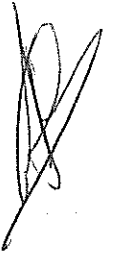
---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de "Acordo quadro para o fornecimento de Gás", de acordo com a Informação de Serviço nº 065/2015, de 10 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, detalhadamente, o assunto em apreço. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que afirmou concordar com a proposta apresentada, tendo, ainda, afirmado ser favorável ao lançamento de um procedimento para a celebração de um acordo quadro para a área das refeições escolares, apesar de a qualidade do serviço oferecido pelas IPSS ser boa e permitir que se estimule a economia local. -----

---- Foi dada a palavra à Senhora Vereadora da Câmara de Santa Comba Dão, Dr.ª Carla Cunha, que afirmou concordar com o senhor Presidente da Câmara de Mangualde, tendo proposto que também fosse lançado um procedimento para a celebração de um acordo quadro para a área dos transportes escolares.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou por unanimidade, representando 168.143 eleitores, aprovar a abertura de procedimento concursal.-----



----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de engenharia para o apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro", de acordo com a Informação de Serviço nº 064/2015, de 10 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, detalhadamente, o assunto em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou, sucintamente, que a necessidade de se adquirirem o presente serviço se prendia com o facto de a Estrutura de Apoio Técnico se encontrar deficitária, nomeadamente ao nível de técnicos de engenharia, a que se juntava a pressão que o MaisCentro estava a fazer para se acelerar o encerramento das operações e conseqüente libertação de FEDER não executado. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 168.143 eleitores, aprovar a abertura de procedimento concursal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de acordo de parceria, no âmbito da construção do DLBC Urbano de Tondela - URBTON, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e a ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, de acordo com a informação de serviço nº 069/2015, de 13 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 168.143 eleitores, aprovar a referida proposta de acordo de parceria. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----

Jose Carlos Almeida
José Carlos Almeida